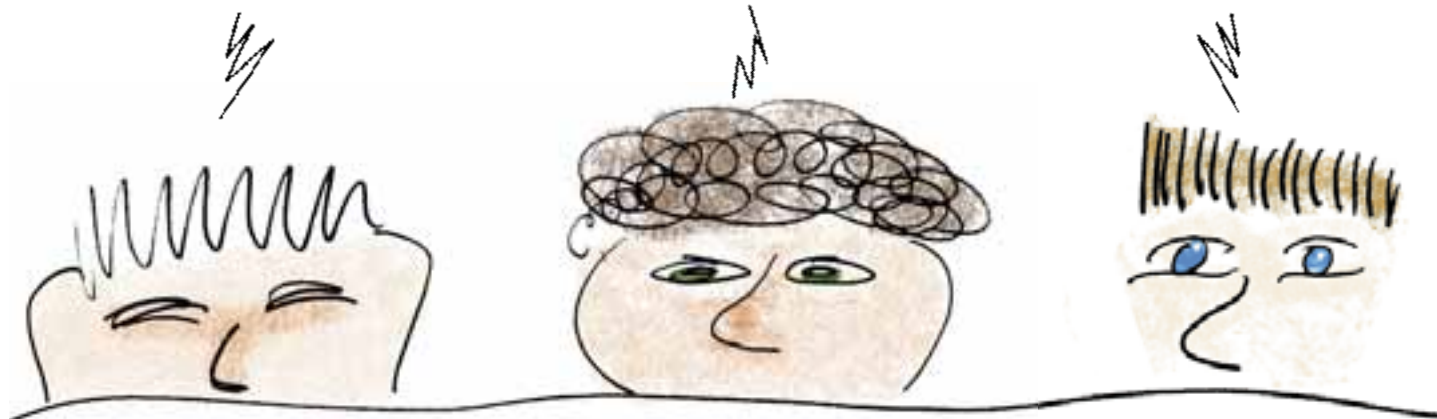




DEPOIS DO
JUDICIÁRIO,
FOI A VEZ DO
CONGRESSO
NACIONAL PEDIR
AUMENTO.

LEGISLAR 91%
DE AUMENTO
SALARIAL
EM CAUSA
PRÓPRIA NÃO
É JUSTO.

ESPECIALMENTE
QUANDO OS
TRABALHADORES
NÃO CONSEGUEM
UM AUMENTO NEM
PERTO DOS 20%.



OS PARLAMENTARES QUEREM AUMENTO DE 91% Depois do Judiciário, foi a vez do Congresso Nacional pedir aumento. Com a câmara alta reivindicando reajustes, as câmaras municipais também se sentiram no direito de fazer seu pleito. Aí, o STJ resolveu intervir. Brecou o aumento de 91%, almejado pelos parlamentares. Justificou que a decisão é ilegal. Por isso, tem que ser votada em plenário. Enquanto isso, a CUT e os estudantes fizeram manifestações na porta do Congresso. Afinal, legislar 91% de aumento salarial em causa própria não é justo. Especialmente quando os trabalhadores, os funcionários públicos e os profissionais da iniciativa privada, não conseguem, dos legisladores nacionais, a aprovação de um percentual de aumento próximo dos 20%. Uma defasagem que, há muito, vem corroendo o orçamento dos brasileiros.

OS BANCOS TIVERAM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 5 BILHÕES Além dos salários defasados, dos preços elevados e dos altos impostos cobrados, os brasileiros ainda têm enfrentado taxas de juros aviltantes, cobradas pelas instituições financeiras. Instituições que, aliás, tiveram um lucro líquido de R\$ 5 bilhões. Haja dígito para tanto lucro. Também, não é para menos. Além dos juros dos cartões de crédito e do cheque especial oscilarem entre 10% e 12% ao mês, cresce também a incrível proliferação de taxas, multas e cestas, entre tantas modalidades de extorsão de centavos e de reais inteiros, aos milhares de correntistas nacionais.

GESTOS OPORTUNISTAS E ATITUDES DEMAGÓGICAS Está na Constituição Brasileira de 1986 que os juros anuais no país, não podem ultrapassar 12%. Na prática esta lei não colou. Não só não colou como demonstrou uma profunda inadequação às regras do mercado econômico e financeiro. Não se cobra juros por decreto. Da mesma forma, não se legisla aumento salarial em reunião de líderes. Entre gestos oportunistas e atitudes demagógicas, os políticos nacionais agarram-se aos seus mandatos a revelia da opinião pública. Afinal, a grande maioria dos eleitores está em rincões distantes, alheios ao significado de palavras como mensalão ou san-

guessuga. São homens e mulheres simples, que não têm opinião formada sobre política e muito menos informação para questionar atos políticos. Contentam-se com um tapinha nas costas, uma ponte ou uma pista de asfalto, mesmo que seja de baixa qualidade. Aos esclarecidos e aos engajados resta protestar, nem que seja por e-mail.

O NOVO CONGRESSO PRECISA DIZER A QUE VEIO Enquanto isso, aguardamos o “novo” Congresso tomar posse e dizer a que veio. Ansiosos, esperamos a votação das reformas necessárias ao desenvolvimento. Precisamos sim, que os nossos parlamentares aprovelem a redução da carga tributária, a reforma política e a construção de uma agenda de investimentos na produção que garanta crescimento econômico, emprego e renda. Precisamos que o parlamento defina programas que eduquem e qualifiquem a população. Precisamos que o setor público gaste menos e invista mais. Finalmente esperamos que o novo Congresso tenha coragem de colocar um freio na rolagem da dívida pública, cujo custo é um elevadíssimo juros primário, que desloca parcela expressiva da poupança nacional para o financiamento dos gastos correntes do Estado, em detrimento do crédito e de investimentos privados.

PRECISAMOS DE LEIS QUE AMPAREM O BOLSO DE MILHÕES DE BRASILEIROS A mesma coragem que norteou e amparou nossos parlamentares a votar o aumento dos seus próprios salários, precisa ser colocada em prática na aprovação de leis que amparem, não seus próprios bolsos, mas o bolso de milhões de brasileiros desempregados, de milhares de pequenos e micros empresários que precisam de financiamento com taxas mais baixas, de milhares de empreendedores que reivindicam menos tributos para poder praticar preços mais competitivos e vendas saudáveis. O que todos nós esperamos dos nossos parlamentares é compromisso com a nação, responsabilidade social e conhecimento dos processos que poderão desencadear o crescimento real que o Brasil e os brasileiros merecem.